

PREJULGADO Nº 055

NEGAR EXEQUIBILIDADE à Lei Municipal de Marataízes nº 1.912, de 26 de dezembro de 2016, (pagamento de subsídio a vereadores), por violação ao princípio da anterioridade previsto no artigo 29, inciso VI, da Constituição Federal, corroborado na Instrução Normativa TC-26/2010 e nos Pareceres Consulta TC-001/2018, TC-022/2017 e TC-025/2017.

Órgão Colegiado: Plenário

Processo: TC-03517/2018-4

Assunto: Prestação de Contas Anual de Ordenador

Relator: conselheiro RODRIGO COELHO DO CARMO

Decisão: Acórdão TC-01192/2019-1

Sessão: 31ª Sessão Ordinária do Plenário de 10.09.2019

Publicação: Acórdão TC-01192/2019-1, disponibilizado no Diário Oficial Eletrônico do TCEES nº 1480, do dia 29 de outubro de 2019, considerando-se publicado no dia 30.10.2019, nos termos dos artigos 62 e 66, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual 621/2012, c/c art. 5º, da Resolução TC nº 262/2013.